
III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia
Recife, 8 a 10 de setembro 2016
"Devoções religiosas e pluralismo cultural"
Anais

CANDOMBLÉ: UM CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO EM DECLÍNIO?*

Juracy de A. Rosa Júnior**

Resumo

O presente texto busca identificar possíveis motivações que levaram os recenseadores a obterem resultados tão insignificantes quanto à representatividade de adeptos de religiões afro-brasileiras: problemas metodológicos da pesquisa, interferência do sincretismo religioso e o sentimento de vergonha do adepto em se auto declarar publicamente. Os seguidores destas religiões ainda sentem na "pele", o peso do preconceito e da intolerância sofrida no passado e que persiste nos dias atuais, seja nos locais de trabalho e na família, estes, acabam evitando propagar suas crenças. Mais ainda, apesar de estarem garantidos, na forma da lei, com o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto, estes adeptos não se sentem totalmente protegidos pela lei em declarar sua religião. Pode-se pensar que esta realidade interferiu no resultado do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontou cerca de menos de 1% da população brasileira pratica as religiões de matriz africana. Porém, esses números não condizem com a realidade, entretanto, seria um erro elementar afirmar que seu declínio se deu por causa das perseguições, baseando-se tão somente nestes dados. São estas e outras questões que nos ajudarão a adentrar em reflexões mais profundas, suscitando, quem sabe, novos fatos interessantes, vivenciados pelos adeptos das religiões afro brasileira no campo religioso brasileiro.

Palavras-Chave: Candomblé. Campo religioso. Reconhecimento.

Introdução

É difícil perceber a verdadeira dimensão e alcance do candomblé[1] no campo religioso brasileiro, por motivos que remetem à sua formação. O candomblé forma-se como religião que está sempre entre enfrentamentos e retirada. Enfrentamentos estes que, quando o candomblé se sente fortalecido e legitimado pelo Estado, em retirada quando o Estado se volta contra ele. Sabendo-se que, a retirada é uma forma de resistência e sobrevivência, a retirada também consiste em uma forma de

---

* Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia, realizado entre os dias 8 e 10 de setembro de 2016, na UNICAP, Recife. GT 1 – Religiões Afro-Brasileiras e Contemporaneidade.

** Mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Sergipe. Contato: juracyarjunior@hotmail.com

[1] Religião que se forma em Salvador/Bahia, em meados do século XIX, e que traz em seu bojo elementos da cultura africana.

enfrentamento. A perseguição do Estado contra as religiões de presença africana[2] foi se diluindo com o processo de redemocratização, que culminou na Constituição 1988, reforçando e esclarecendo a posição laica do Brasil.

Diante deste processo, as religiões de presença africana começaram a buscar, de forma gradativa e insistente, políticas de afirmação de identidade junto aos movimentos sociais pares, a exemplo do movimento negro. Contudo, o tempo ainda é pouco para diluir os efeitos da repressão e perseguição e, por outro lado, seria precipitado afirmar que os povos de terreiro estão se reduzindo e que as religiões afro-brasileiras estejam em declínio.

Entretanto, mesmo com o resultado apontado no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, que menos de 1% da população brasileira pratica as religiões de matriz africana, tendo sido registrados 598 mil praticantes, dos quais 407 mil eram da umbanda e 167 mil do candomblé; e, por mais que reconheçamos como sérios e precisos os dados apresentados pelo IBGE, esses números não condizem com a realidade. Para se ter uma idéia, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (Seppir) tem registro de 8.823 terreiros mapeados em apenas 13 dos 5.570 municípios brasileiros: Salvador/BA, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belém/PA, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Natal/RN, Teresina/PI, Curitiba/PR, São Luís/MA, João Pessoa/PB e Cachoeira de São Félix/BA. Se fizéssemos uma a simples conta dividindo os 167 mil praticantes do candomblé pelos 8.823 terreiros mapeados encontraríamos apenas 66 pessoas em média, em cada um desses terreiros existentes nessas 13 unidades da federação que foram mapeadas. Então cabe a seguinte pergunta: Nos 5.557 municípios que não foram mapeados possuem terreiros de candomblé, e quantos? Certamente

[2] O termo "presença africana" é usado por Brice e Costa (2008), em substituição do termo "matriz africana". Os autores acreditam que, ao denominar religiões de matriz africana, estariam se referindo a uma forma de culto puro, como se fosse uma reprodução do que existe na África, o que de fato não existe, já que nas religiões brasileiras estão presentes elementos da cultura e culto ameríndio, além dos elementos do catolicismo (BRICE, COSTA, 2008 p. 131).

a resposta será sim para as duas perguntas em boa parte dos municípios não mapeados. Contudo, essa tentativa alerta é mera estimativa pois não está sendo levado em conta a metodologia aplicada pelo IBGE.

Assim sendo, apesar de o mapeamento não considerar o número de membros de cada terreiro, o confronto entre os dados do IBGE e a estimativa dos terreiros mapeados pela Seppir nos aponta outra realidade. Não se pretende aqui provar que as religiões de presença africana vêm tendo um crescimento expressivo ou mantido seu quantitativo de adeptos ao longo das décadas, mas, questionar que os dados do Censo não retratam a realidade dessas religiões, ficando sem sentido as afirmações dos estudiosos quando dizem que, as religiões afro-brasileiras perderam adeptos nos últimos 20 anos e que este segmento está em declínio. Pode-se identificar possíveis motivações que levaram os recenseadores a obterem resultados tão insignificantes quanto à representatividade de adeptos de religiões afro-brasileiras: problemas metodológicos da pesquisa, interferência do sincretismo religioso e o sentimento de vergonha do adepto em se auto declarar.

Alguns questionamentos podem ser apontados na metodologia utilizada pelo IBGE: apesar de todas as outras perguntas do questionário terem opções fechadas de resposta, a pergunta sobre religião fica em aberta: "Qual é a sua religião ou culto?" Se houvesse a possibilidade de o cidadão ouvir as opções por ordem alfabética e escolher depois de ouvir tudo, talvez a resposta fosse diferente. Outra indagação, se a opção "candomblé", por exemplo, viesse antes de católico, espírita e evangélico, por ordem alfabética, muitas pessoas poderiam assumir sua real religiosidade! A metodologia aplicada pelo IBGE é por amostragem o que exclui, muitas vezes, populações de difícil acesso, geralmente, são locais periféricos, recônditos e zona rural que estas religiões se firmam, para fugir da repressão. Outra característica pode ser observada neste público alvo, por se tratar de religiões de culto à natureza, seus praticantes necessitam do contato com rios, mares e matas, locais em que se encontram elementos

necessários à prática ritualística votiva e ou ex-votiva das religiões de presença africana. E, tudo isto faz com que estas religiões sofram com os resultados divulgados pelo IBGE, um processo que aponta erros na elaboração de suas perguntas conforme relatadas.

'Quem é de axé, diz que é'. Podemos nos declarar sem medo?

O candomblé como religião de presença cultural africana apresenta singularidades que estão relacionadas a um etos[3], que é reflexo da opressão e dominação do colonialismo e da própria herança cultural africana, o que faz com que esses povos assumam uma postura que, em alguns momentos, pode parecer arredia. Por esses aspectos, as casas, terreiros e/ou roças de candomblé se formaram nas periferias das cidades ou em zonas rurais para fugir da perseguição, organizando-se em pequenas comunidades auto-sustentáveis, em que se forma um espírito de colaboração mútua. Esse isolamento e afastamento da cidade foi o maior recurso de resistência dos terreiros, pois, além de favorecer o culto aos Deuses e ancestrais, possibilitava e possibilita manter as práticas longe dos olhos e ouvidos da sociedade, evitando a repressão.

Diferentemente das zonas rurais, as cidades crescem e acabam abarcando muitos espaços, entre tantos, os espaços do candomblé. Estes espaços se tornam objeto de disputa, tanto pela especulação imobiliária quanto pelas religiões pentecostais e neopentecostais, estas, assediam os membros dos terreiros, por meio de um discurso de ódio e demonização, e acabam por convencer sacerdotes mais desavisados e indecisos. Há igrejas vinculadas a essas religiões que encorajam os seus fiéis a invadirem os terreiros para depredar e incendiar, alegando estar a serviço da verdadeira fé cristã, como se os seguidores das religiões africanas ainda vivessem no

[3] De acordo com o Dicionário Aurélio (2011), etos significa "aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade e que marca as suas realizações culturais". (DOS ANJOS; FERREIRA, p. 405, 2011).

período medieval das cruzadas e da "caça às bruxas". Apesar de genérica a explanação acima, salientamos que não foi dado nomes por não ter a autoria apurada em mutos casos de intolerância. Mas, fatos apontam para religiões pentecostais de nova era. Um exemplo bastante repercutido no Brasil foi o caso da mãe Gilda, yalorixá do Terreiro Axé Abassá de Ogum, de Salvador/BA, que faleceu no dia 21 de janeiro de 1988, vítima de infarto, após ver sua foto publicada em um jornal da Igreja Universal do Reino de Deus com texto depreciativo e um lider sensacionalista que dizia: "macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida de clientes" (Folha Universal, jan. 88). A publicação aconteceu duas semanas depois da tentativa de invasão dos membros da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), tentaram invadir o terreiro de mãe Gilda.

O fato citado acima, provocou manifestações em todo o país, levando associações e movimentos sociais a pressionarem o poder público para que providências fossem tomadas, o que resultou na criação da Lei Federal 11.635/2007, que institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa – 21 de janeiro, data da morte da yalorixá.

Outro exemplo de sufocamento da voz religiosa afro-brasileira foi a demolição, em fevereiro de 2008, do Terreiro Oyá Onipo, conduzido pela Mãe-de-santo Rosa, situado na Avenida Jorge Amado, em Salvador/BA. A Casa foi demolida[4] por funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCON), à revelia, sem decisão judicial, sob justificativa de que estaria construído em terreno público. A Mãe-de-santo Rosa possuía documentos comprovando a posse legal do terreno há 20 anos, porém o que estava por trás deste ato era o interesse especulativo imobiliário, não tardou e logo foi construído um condomínio residencial e a área em questão, seria usada para a construção de um shopping center. Toda comunidade de terreiros se mobilizou em ato de protesto e o poder público assumiu o erro e teve que reconstruir as dependências do terreiro.

[4] Documentário "Até Oxalá vai à Guerra" (2008).

Fatos mais recentes de intolerância religiosa contra adeptos de religiões afro-brasileiras mais uma vez ganham visibilidade nacional em 2015, com apedrejamento e destruição de terreiros. Em junho de 2015, uma menina de 11 anos foi atingida por uma pedrada na cabeça, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro/RJ, quando voltava para casa trajando vestimentas religiosas do Candomblé. Dados da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro (CCIR) revelam que foram registrados no estado, entre os anos de 2012 e 2015, um total de 1.014 casos de ofensas, abusos e atos violentos, dos quais 70% foram contra praticantes de religiões de matrizes africanas.

Ainda em 2015, foram registrados 13 incêndios de terreiros de candomblé no Distrito Federal. Essa série de ataques criminosos resultou, em janeiro de 2016, na criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação[5], para apurar os casos e tentar inibir perseguições a templos religiosos no Distrito Federal. Terreiros são invadidos, incendiados e depredados todos os dias. São relatos de agressão e violação do direito imediato da liberdade de culto, resguardado na Constituição de 1988, que define a laicidade Estado Brasileiro. Também têm sido noticiados casos no país inteiro de que estátuas e monumentos de Deuses Africanos erguidos em espaço público estão sendo quebradas e queimadas por intolerantes que não reconhecem a contribuição dos povos que construíram a história e cultura do Brasil.

Dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos apontam, por meio do Disque 100, que houve 697 casos de denúncia de intolerância religiosa em todo o Brasil, entre 2011 e 2015. Observou-se ainda, em 2015, um aumento de 70%no número de denúncias relacionadas à discriminação religiosa no país, em comparação ao ano anterior. Em 2014, foram 149 denúncias, enquanto que, em 2015, esse número subiu para 252. A maioria das denúncias foi registrada nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas

[5] Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência.

Gerais e Bahia. Apesar de as estatísticas do Disque 100 não estarem destrinchadas por religião, acredita-se que as principais vítimas pertencem a religiões afro-brasileiras.

Mudança no perfil dos praticantes do candomblé e a busca por território e afirmação identitária

Se no passado, os membros das religiões afro-brasileiras eram artífices como pedreiros, serralheiro, marceneiro, cozinheiras e lavadeiras de ganho e domésticas, atualmente este perfil mudou. Os indivíduos que exerciam profissões voltadas a trabalhos braçais, muitas vezes desvalorizadas pela sociedade, invertem essa condição e passam a conviver com professores, intelectuais, funcionários públicos, médicos, enfermeiros, engenheiros, artistas, escritores, jornalistas, pesquisadores etc. Isto se deu pela nova formação dos terreiros que os retira da condição inicial de confrarias, *gueto*[6] de laços de parentesco consanguíneo, par social e ancestral, para o parentesco espiritual, em que todos estão ligados por um ancestral em comum, que no caso é o Orixá patrono de cada comunidade. Frente a esta realidade, podemos dizer que, tais mudanças resultam na ampliação das fronteiras de alcance a adeptos que adentram aos terreiros de candomblé, que, em sua maioria, não realiza mais culto doméstico e matrilinear por excelência. Apesar de não ser regra geral, os terreiros passaram a pensar em uma linha de sucessão sacerdotal, em que, quem herda o espaço físico do terreiro e as funções sacerdotais não são mais necessariamente parentes consanguíneos. A propriedade e os bens materiais não pertencem mais aos sacerdotes, mas sim à comunidade que se responsabiliza pela. Com essas mudanças de perfil os membros do candomblé, que é o segmento em questão, por possuir maior consciência

[6] Termo usado nas cidades europeias onde todo judeu era obrigado a residir. Pode ser entendido também, como local onde membros de uma etnia ou grupos minoritários em bairros de uma cidade vivem, por pressões e/ou situação econômica ou social.

de sua cidadania e direitos se preocupam de forma diferenciada do primeiros atores da formação dessa religião em construir políticas afirmativas junto a movimentos sociais.

Candomblé x Tempos Líquidos

As religiões de presença africana ainda convivem com a adversidades, como: preconceito, perseguição, demonização, assédio e exclusão social. Alem disso, vivemos tempos líquidos, momento em que tudo é frágil e tende a diluir. Bauman nos diz que:

> Em primeiro lugar, a passagem da fase "sólida" da modernidade para a "liquida" - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável), não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido do que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2007, p. 07).

Ser líquido não é uma característica do candomblé enquanto instituição. O compromisso dos sacerdotes iniciados com o sagrado e a manutenção das tradições faz com que esse segmento religioso tenha maior preocupação com a solidez. Contudo, o candomblé não passa incólume na condição líquida da atualidade. Os neófitos se aproximam do candomblé por inúmeras vantagens que lá encontram, como liberdade sexual, a não instituição do pecado, alem dos aspectos estéticos como a dança, a gestualidade, e sua fruição alem do convívio em comunidade (família), a necessidade do ser humano em encontrar sentido e dar sentido a sua existência com seus pares. Porém, quando se refere a assumir compromissos a desistência é expressiva. Então os neófitos vão buscar outras experiências religiosas que não cobram fidelidade o que é muito conveniente em "tempos líquidos". Percebe-se, na atualidade líquida que manter a fidelidade dos membros do candomblé, não é uma tarefa fácil, os

jovens se dispersam com muita facilidade em busca de experiências novas, não compreendem o convívio em comunidade que depende de divisão de tarefas que muitas vezes são braçais e árduas, as quais não estão acostumados, justificada pela mudança de perfil público que foi descrito anteriormente.

Ainda pode-se afirmar que: diante da liquidez da atualidade e pelo fato de as religiões de presença africana não serem religião de conversão, ou seja, não objetivam converter pessoas em fiéis e nem têm como prática a "pesca" de fiéis a fim de ter um grande número de adeptos que para isso seria necessário possuir um corpo doutrinário universalizaste, capaz de conduzir todos os membros uniformemente, o que não é a prática das religiões de presença africana. Os neófitos são tratados na individualidade, ou seja, considerando as humanidades e suas condições e assim prepará-los para a vida em comunidade. Essa forma de lidar com o indivíduo em suas especificidades despende um grande gasto de energia e atenção muito grande por parte do sacerdote como mãe ou pai e de toda comunidade devido à proximidade, intimidade que o neófito tem com seu condutor espiritual que assume grau de parentesco.

Ainda, por serem religiões iniciáticas, as religiões de presença africana, não são abertas a todos os interessados, mas somente aos escolhidos pelos Orixás, é quem pode ser iniciados nos mistérios, essa é a crença, o que dificulta ainda mais a penetração de novos membros. Então não é nem será o objetivo das religiões de presença africana competir com as religiões que possuem um discurso proselitista de conversão e salvacional.

Relembrando que os questionamentos trazidos aqui são para demonstrar que o resultado do IBGE não é o retrato fiel no que se refere ao quantitativo de praticante de religião de presença africana, mas também que não é esperado grande expressão deste segmento religioso por toda condição apresentada até aqui. Mas que é necessário providencias para que se obtenha um retrato fiel da expressão deste segmento. Diante do cenário

acima descrito, resta a pergunta: o que vem sendo feito para reverter esse quadro? Movimentos sociais cobram políticas afirmativas e garantias legais. Flávia Piovesan, ao tratar do respeito da laicidade estatal versus fundamentalismo religioso, afirma que a interferência da religião no Estado inviabiliza a democracia.

Nas palavras de Piovesan:

> O estado laico é garantia essencial para o exercício dos direitos humanos, especialmente nos campos da sexualidade e da reprodução. Confundir estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis que, ao impor uma moral única, inviabiliza qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. No Estado laico, marcado pela separação entre Estado e religião, todas as religiões merecem igual consideração e profundo respeito, inexistindo, contudo, qualquer religião oficial que se transforme na única concepção estatal a abolir a dinâmica de uma sociedade aberta, livre, diversa e plural (PIOVESAN, 2010. p. 87).

Piovesan nos remetem a um reflexo mais brilhante de uma década de debates acerca dos direitos humanos no que se refere à garantia dos direitos das religiões de presença africana foi a criação da Lei Federal nº 12.288/2010, o Estatuto da igualdade Racial, em vigor pelo Decreto Presidencial 8.136/2013, que garante a inviolabilidade de culto e território. A partir deste marco legal, passou-se a ser cobrado do poder público a criação de secretarias, comitês, delegacias e outras instâncias governamentais especializadas em combate e enfrentamento ao racismo e discriminação religiosa e racial.

Assim, acredita-se que esses avanços na gestão pública de conflitos, aliadas às políticas afirmativas implantadas, possam resultar em uma melhora da autoestima das pessoas que são adeptas às religiões de presença africana e que estes possam se auto afirmar como religiosos e expor sua identidade sem receio de perseguição. Várias campanhas têm sido feitas por movimentos sociais para combater esse medo e/ou vergonha de se auto-declarar. As políticas afirmativas implantadas depois de 2010 e os recentes movimentos e campanhas de auto-afirmação, a exemplo do

'Quem é de axé, diz que é'[7], estão dispostos a dar uma reviravolta nos baixos números mostrados pelo IBGE.

Outro aspecto interessante a ser abordado é que o sincretismo religioso que, em outras épocas, foi um elemento que ajudou o candomblé que estava se formando a enfrentar a perseguição, na atualidade, pode obscurecer os dados do IBGE. Prandi (2003), ao avaliar a possibilidade de redução e extinção das religiões afro-brasileiras, diz que o sincretismo é um dos motivos que fazem com que algumas pessoas se confundam ao declarar sua religião.

Na fala de Prandi:

> É muito comum, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha religiosa já faz parte da vida brasileira, muitos seguidores das religiões afro-brasileiras ainda se declararem católicos, embora sempre haja uma boa parte que se declara seguir a religião afro-brasileira que de fato professa. Isso faz com que as religiões afro-brasileiras apareçam subestimadas nos censos, em que o quesito religião só pode ser pesquisado de modo superficial (PRANDI, 2003, p. 16).

O autor citado nos diz ainda que, com a secularização e declínio da igreja católica, o sincretismo que outrora fora um artifício usado para resistência torna-se um problema:

> Certamente, o sincretismo católico, que por quase um século serviu de guarida aos afro-brasileiros, não deve mais lhes ser tão confortável. Quando o próprio catolicismo está em declínio, a âncora sincrética católica pode estar pesando desfavoravelmente para os afro-brasileiros, fazendo-os naufragar (PRANDI 2003, p. 19).

Essa situação desconfortável não é só para o Candomblé, mas principalmente para a umbanda, que tem como base o sincretismo e o utiliza como forma de melhor aceitação do culto pela sociedade, pretendendo ser a verdadeira religião brasileira. No entanto, a umbanda encontra um adversário mordaz, a Igreja Universal do Reino de Deus,

[7] A campanha é uma iniciativa do Coletivo de Entidades Negras (CEN) e outras organizações sociais, com o objetivo de conscientizar as comunidades tradicionais de terreiros da importância de declarar sua religiosidade, como forma de reverenciar seu ancestral.

fundada pelo pastor Edir Macedo, que faz ataques constantes às religiões de presença africana. Porém, esta denominação emprega técnicas e truques para induzir o fiel a entrar em transe em suas sessões de exorcismo, suscitando a todo momento que a Umbanda e de fundamental importância em seus cultos. Ou seja, se tirar os elementos da Umbanda dos cultos da IURD, esta instituição perde um de seus roteiros mais importantes utilizados para "evocar os demônios", bom, isto é outro assunto.

Umbanda e Candomblé, diante dos dados do IBGE

A Umbanda, conforme dados do IBGE, teve uma perda maior de seus adeptos entre 2000 e 2010 do que o Candomblé. O Candomblé, por sua vez, vem recebendo cada vez mais adeptos da Umbanda. Isso pode ser explicado também pelo movimento ante sincrético, que começou na década de 80, encabeçado pelas yalorixás (mães de santo) baianas, dando início a um processo de elevação da autoestima. O manifesto anti-sincrético[8] lançado em 1983 e o processo de reafricanização foram eventos de afirmação identitária que favoreceram a autoestima dos praticantes do candomblé. Contudo, esse retorno às origens mostra mais uma vez que o que é liquido, segundo Bauman, não se aplica totalmente no candomblé, que caminha lado a lado com a modernidade e as tradições. Assim persiste nas comunidades consideradas tradicionais um etos que remete a tempos idos, mas em uma realidade que está sendo atualizada, reinventada e com tradição inventada[9] a todo o momento.

[8] O Manifesto Anti-sincretismo foi um documento elaborado na II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura (II COMTOC), ocorrida em Salvador, no ano de 1983 e assinado pelas ialorixás mais representativas do candomblé baiano: Menininha do Gantois (Ialorixá do Axé Ilê Iya Omin Iyemassé); Stella de Oxossi (Ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá); Olga de Alaketo (Ialorixá do Ilê Maroia Lage); Tetê de Iansã (Ialorixá do Ilê Nasso Oká) e Nicinha de Bogum (Ialorixá do Zogodô Bogum Male Ki-Rundo). O manifesto trata da afirmação de uma pureza religiosa africana, desejo que desvincula a religião africana do sincretismo presente nas religiões de matriz africana.

[9] O termo "tradição inventada" é utilizado em um sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, constituídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiam de maneira mais difícil de ser localizadas num

Apesar de toda abertura (legal, política e cultural) e do processo de reafricanização, ainda persiste entre os membros do candomblé uma crise de identidade, Crise essa que resulta em uma dupla identidade, pois os praticantes antigos do candomblé e da umbanda frequentavam e ainda frequentam a igreja católica, participando dos sacramentos e obedecendo em parte os dogmas e calendários litúrgicos do catolicismo, paralelamente ao calendário festivo do candomblé e ou umbanda. Esse comportamento se dá como resultado da catequese e educação em escolas confessionais recebidas por essas pessoas desde a infância até a adolescência. É por motivos como esse que é esperado tal conduta.

Para ilustrar a realidade citada acima, podemos citar a Irmandade da Boa Morte[10], formada por mulheres do candomblé que cultuam Nossa Senhora da Boa Morte como membros ativas da igreja católica, tendo uma dupla pertença – ao catolicismo e às regiões de presença africana. Além disso, há casos em que membros do candomblé convivem com famílias cristãs católicas e que impõe uma postura e participação em eventos da igreja, a exemplo de batizados, casamentos, missas de sétimo dia de falecimento, chegando a ser convidados para participar como padrinhos.

Além do processo de catequese, o Brasil, desde o tempo do império, sempre teve o catolicismo como religião oficial, o que fez com que esses indivíduos introjetassem em si mesmo que a religião verdadeira tinha que ser a oferecida pelo colonizador e dominador. Isso foi possível graças ao poder argumentativo mais elaborado e supostamente civilizado do colonizador, que convenceu parte dos africanos escravizados da existência de uma salvação, com discursos de que eles precisavam se converter ao catolicismo para adquirirem uma alma e serem reconhecidos pelo "Deus" cristão.

período limitado de determinado tempo e se estabelece com enorme rapidez (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 09).

[10] A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte está entre as mais antigas do país, tendo surgido nas primeiras décadas do século XIX, possivelmente por volta de 1820, em Salvador (TAVARES, 1964, p.235).

Todos esses argumentos servem para demonstrar que os dados do senso do IBGE são de longe o retrato da realidade dos praticantes das religiões de presença africana e que temos um dever cidadão de reparar os erros cometidos no passado ao classificar e categorizar tais religiões. Por assim dizer, o cientista da religião tem a obrigação institucional de rever as classes, categorias e definições postas academicamente ao longo dos séculos a fim de contribuir nos processos de afirmação identitária desse segmento religioso, para que a prática de ocultar a identidade religiosa não continue sendo para os adeptos do candomblé e umbanda, uma maneira de fugir da discriminação.

Considerações finais

Conforme vimos para se obter resultados precisos no censo realizado pelo IBGE, no que se refere ao quantitativo de praticantes das religiões de presença africana, é necessário a implantação de políticas afirmativas. Para isso é necessário interesse dos gestores público que só reagem à provocação de movimentos sociais e que na maioria das vezes retornam o problema às lideranças de movimento alegando falta de recurso par implantar tais políticas. Então o problema torna-se um ciclo vicioso, a inexpressividade do candomblé e da umbanda enquanto campo religioso brasileiro, apresentada no censo não é estimulo para o Estado se empenhar em reverter o quadro que é reflexo da crise de identidade, o preconceito e a perseguição. A possibilidade de resolução deste problema vem surgindo nos grupos de pesquisa e centros de estudos que realizam mapeamento dos terreiros e criam banco de dados. Porém, esses dados ainda são pouco usados pelo poder público que muitas vezes não tem conhecimento da existência devido as Universidade não fazem uma boa divulgação. Um bom exemplo é o mapeamento realizado pelo CEAO - Centro de Estudos Afro Ocidental da UFBA - Universidade federal da Bahia que apresenta foto,

endereço, o nome das liderança dos terreiros mapeados na cidade de Salvador mas não oferece quantitativo de praticantes.

Referências

ATÉ OXALÁ vai à Guerra – uma história de racismo e intolerância religiosa. Direção de Carlos Pronzato, co-direção de Stefano Barbi-Cinti. Salvador/BA: Documentário produzido pelo Coletivo de Entidades Negras, 2008 (40 min). Port.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art60. Acesso em: 06 julho 2016.

BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11635.htm. Acesso em: 06 julho 2016.

DOS ANJOS, Margarida; FERREIRA, Marina Baird . Aurélio Júnior Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Positivo Editora, 2011.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições.Rio de Janeiro - RJ, Editora, Paz e Terra 1997.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: desafios e perspectivas contemporâneas, in: Cultura de Paz: da reflexão a ação; balanço da Década da Promoção da Cultura de Paz e não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. Brasilia; UNESCO; São Paulo; Asspcoação Palas Athena, 2010.

PRANDI, Reginaldo, As Religiões afro-brasileiras e seus seguidores. in: Civitas – Revista de Ciências Sociais v. 3, nº 1, mês junho, Porto Alegre. 2003

PRONZATO, Carlos; CINTI, Stéfano Barbi. Até Oxalá vai a guerra – Uma história de Racismo e Intolerância Religiosa. Disponível em: https://religioesafroentrevistas.wordpress.com/2012/01/18/ate-oxala-vai-

a-guerra-uma-historia-de-racismo-e-intolerancia-religiosa-de-carlos-pronzato-e-stefano-barbi-cinti-2/. Acesso em: 06 julho 2016.

SOGBOSSI, Hippolyte Brice e COSTA, Marta Sales, Religiões de Presença Africana e Políticas Públicas no Brasil: Algumas Considerações, in: ORO, Ari Pedro, MEIRELLES, Mauro e FRANCISCO DE BEM, Daniel. Orgs. Debates do NER, ano 9, número 13, As Religiões Afro-Brasileira. PPGAS, Porto Alegre, 2008.

II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura (II COMTOC), 1983, Salvador/BA. Manifesto Anti-sincretismo. Disponível em: http://www.okitalande.com.br/jornaldabahia.htm. Acesso em: 12 julho 2016.